

Roberto Machado Carvalho (\*)

# **A Província de São Paulo e a Revolução Liberal de 1842 (\*\*)**

(\*) Prof. Roberto Machado Carvalho - 1º Secretário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Presidente da Academia Cristã de Letras e membro correspondente do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba.

(\*\*) Palestra proferida no dia 06 de maio de 1992, no auditório do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, como parte integrante das Comemorações do Sesquicentenário da Revolução Liberal.

**ABSTRACT**

*The author has developed a work where he tries to call one's attention to the causes of the Liberal Revolution of 1842 in the province of São Paulo. He describes some special events which took place mainly in the regions of Sorocaba, Itu, Campinas, in the capital and in some towns of the Paraíba Valley.*

*He demonstrates that the liberal combatants of 1842 entered History symbolizing those who assert their rights to liberty.*

**RESUMO**

*O autor desenvolveu um trabalho onde procura chamar a atenção para as causas da Revolução Liberal de 1842, na Província de São Paulo. Descreve alguns episódios particulares dos fatos ocorridos principalmente nas regiões de Sorocaba, Itu, Campinas, na Capital e em algumas cidades do Vale do Paraíba.*

*Demonstra que os combatentes liberais de 1842 passaram à História simbolizando aqueles que reivindicam os direitos de liberdade.*

Desde os tempos da democracia ateniense que a reivindicação dos direitos de liberdades constitui apanágio dos povos sublevados. Muitas vezes, inferiorizados pelas armas, os rebeldes lançaram-se às batalhas, apoiados, unicamente, nas forças da Moral e do Direito, nos méritos dos ideais em causa. Não importa se saíram vencedores ou vencidos, mas, sim, que o IDEAL brilhou no horizonte. E, ao chegarmos ao século XVIII, deparamos com a célebre onda revolucionária francesa. Sob a inspiração do liberalismo, alcançou as terras americanas, estendendo-se ao século XIX, quando rompeu os grilhões do colonialismo.

O Brasil, desde os primórdios de sua independência política, viu-se às voltas com movimentos armados, carregados de sentimentos liberais, regionais e nacionais. Na sucessão dos episódios que culminaram no período da Regência, quando se tentou a chamada "experiência republicana", logo abafada em nome da unidade nacional, inclui-se aquele de que estamos comemorando 150 anos, a Revolução Liberal de São Paulo e Minas Gerais, de 1842.

Em todo esse processo histórico, salientaram-se heróicos condutores, baluartes da ingente tarefa de traçar os melhores rumos para a nação, intérpretes do Direito Natural e das mais justas aspirações nacionais. O homem revolucionário acredita na justiça de uma causa, desconhecendo a ordem legal e partindo para a luta, em nome de seu IDEAL, seja verdadeiro, seja ingênuo ou até mesmo falso. No caso em questão, tratava-se do ideário liberal que resvalava no futuro programa republicano. A proposta baseava-se na Monarquia constitucional representativa e federativa, na criação de Assembléias Provinciais, com ampla autonomia para legislar matéria de interesse local, nos mandatos temporários para o Senado, na supressão do Conselho de Estado, considerado autoritário e do Poder Moderador, transformado em poder pessoal do imperante, numa economia de mercado aberto, livre do servilismo da escravidão e dos interesses estrangeiros.

Vejam alguns episódios da época e pensemos de acordo com a linguagem e a mentalidade do tempo histórico. Vivíamos o final do

período regencial, quando foi proclamada a Maioridade do jovem Orleans e Bragança, a 28 de julho de 1840.

Tratava-se de uma conquista dos liberais, tendo à frente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Silva, convictos do início de um novo e promissor período, sedimentado na tão desejada paz em todas as Províncias do Império e na decantada conciliação política dos partidos, certos de que faltava resolver a Farroupilha, o que não impedia a existência de um clima otimista e de franco regozijo.

Os fados, entretanto, não quiseram que assim fosse. As reformas pretendidas pelos liberais históricos caíram em terreno pedregoso e ilusório. Com a queda do gabinete liberal, devido a injunções políticas, retomam o poder os conservadores, sob a chefia de Cândido José de Araújo Viana, Marquês de Sapucaí, instalando o gabinete de 23 de março de 1841. Caíram também os Presidentes das Províncias. Em São Paulo, Rafael Tobias de Aguiar é demitido.

O novo Ministério era composto por figuras notáveis da política nacional: o citado Araújo Viana; Paulino Soares, Visconde do Uruguai; Vilela Barbosa, Marquês de Paranaguá; Carneiro Leão, Marquês de Paraná, e José Clemente Pereira. Faltava-lhe, porém, o espírito conciliador. O partido conservador, como anotou Basílio de Magalhães,

“... cuidou imediatamente de assegurar o seu domínio no País e nos Conselhos da Coroa, isto é, alicerçar o trono sobre os destroços das últimas energias democráticas, que se vinculavam ainda à experiência republicana do período regencial”.

Não havia durado um ano a permanência do Gabinete da Maioridade. Destacados líderes liberais como o lembrado Antônio Carlos, seu irmão Martim Francisco, ex-ministro da Fazenda, Pe. Feijó, ex-Regente, Rafael Tobias de Aguiar, que já ocupara por duas vezes a presidência de São Paulo, Limpo de Abreu, ex-ministro da Justiça, Aureliano Coutinho, ex-ministro do Exterior, Nicolau de Campos Vergueiro, Torres Homem, Teófilo Otoni e outros, sofreram o amargor da decepção, da frustração. Implicações dos bastidores políticos ameaçavam esses homens de serem colocados no ostracismo político, algo odioso para suas energias e pretensões, especialmente se considerarmos que era intuito dos conservadores a abolição das franquias liberais concedidas pela Lei em vigor, o Ato Adicional de 1834. Mas, não foi preciso, pois conseguiram fazer passar na Câmara dos Deputados, nos estertores das últimas sessões da legislatura de 41, duas Leis altamente provocantes: a primeira, de 23 de novembro, mandava restabelecer um Conselho de

Estado vitalício para assessorar o jovem Imperador, órgão repudiado pelos liberais, pois achavam estes que os negócios públicos seriam controlados por camaristas palacianos, enfraquecendo a autoridade do Monarca. A segunda, de 3 de dezembro, reformava o Código do Processo Criminal, um projeto liberal, sancionado na primeira Regência e que dava ampla autonomia aos municípios, concedendo-lhes atribuições judiciárias e policial.

A reforma foi logo considerada um acinte à autoridade dos funcionários da Justiça civil, os juízes de paz distritais, que eram escolhidos por eleições populares e os inspetores de quarteirão, nomeados pelas Câmaras Municipais, os juízes municipais, nomeados pelos presidentes de Províncias, através de listas tríplices. As autoridades policiais pertenciam ao Judiciário e eram eleitas; criou-se o Júri, como forma de julgamento. Com a reforma, eliminava-se a escolha local das autoridades pelo processo eleitoral e fortalecia-se o poder de nomeação do Governo Imperial. Para os liberais, os nomeados seriam meros prepostos do autoritarismo nas Províncias, em suas vilas e cidades. Consideravam, assim, um duro golpe na autonomia local, conquistada pelo Ato Adicional de 34. As duas Leis lesavam, frontalmente, o ideário liberal. E eram julgadas inconstitucionais. Os protestos não demoraram. Lideranças liberais trataram, em vão, de impedir o sufoco das franquias políticas. Foram pleitear a formação de um gabinete conciliador, que unisse as facções partidárias. As Câmaras de Sorocaba e Itu encaminharam ofícios à Assembléia Provincial, sólicitando que esta enviasse uma Representação ao Imperador contra as Leis nocivas. Em 29 de janeiro de 1842, a Assembléia paulista protesta com veemência e manda para a Corte expressões como: "O regime é inferior ao dos tempos coloniais", "nunca abutres tão esfaimados prearam as entranhas do Brasil". O texto relaciona aquele momento com a ação de São Paulo nos campos do Ipiranga, pela independência, e pede a demissão do Ministério. Terminavam os ousados subscritores, dizendo que não temiam incorrer no desagrado de S.M.I., contanto que salvassem "a dignidade do trono e a segurança do povo".

Baldados foram todos os esforços para tentar convencer os áulicos da Corte dos malefícios daquelas medidas. Foram os reclamantes impedidos até de uma audiência com D. Pedro II, tentativa de uma comissão chefiada por Nicolau de Campos Vergueiro. Lembre-se de que a fidelidade ao trono Imperial era mantida. Inviolável a figura aureolada do jovem Monarca. Nenhum efeito favorável resultava, porém, desse augusto tratamento.

Havia ainda uma esperança: a próxima reabertura da Câmara dos Deputados onde o Partido Liberal contava com expressiva maioria. Veio, então, a tacada final, o ato que liquidava com as pretensões liberais, a dissolução da Câmara, em 1º de maio de 1842, antes mesmo que fosse instalada. Estava implantado, isto sim, o regime autoritário ou discricionário que se estendeu por todo o ano de 42, pois a reabertura do Parlamento só aconteceu em 1º de janeiro de 43. Algumas liberdades essenciais foram cortadas, entre elas, a de imprensa.

A situação chegou a tal ponto, que os liberais de São Paulo e Minas, sem outra alternativa, resolveram apelar para um recurso extremo, o levante pelas armas. No Rio de Janeiro, líderes da Maçonaria e membros da "Sociedade dos Patriarcas Invisíveis", fundada por iniciativa de José Martiniano de Alencar, enviavam instruções para o movimento armado, tentando assim dividir e desorganizar as forças da repressão. Na Corte, por outro lado, gerava grande apreensão com a possibilidade da ligação dos liberais paulistas e mineiros com os farroupilhas do Sul e de um possível apoio do Rio de Janeiro. Tal receio levou a violenta repressão.

São presos, recolhidos aos cárceres das fortalezas e deportados para Lisboa. Entre eles, Limpo de Abreu e Torres Homem. Conseguiu escapar Teófilo Otoni que foi liderar a revolta em Minas.

Em São Paulo, a repercussão foi imediata e a maioria optou pela revolução. Nem todos aceitaram a idéia. Em Itu, por exemplo, um liberal como o senador Paula Souza e Melo não acatou o apelo às armas e um líder religioso como o, então, Pe. Antônio Joaquim de Mello repudiava a ação revolucionária.

A ordem nas vilas paulistas – Sorocaba, Itu, Porto Feliz, Capivari e outras – era de recusa à nomeação e posse das novas autoridades impostas por uma daquelas Leis. Ocorreram, então, alguns entreveros, quando as autoridades legais – juizes e delegados – acompanhadas por soldados, tentaram tomar os cargos e foram repelidas pelos protestos. O presidente da Província, Dr. José da Costa Carvalho, Barão de Monte Alegre, que inspirava confiança ao gabinete conservador e, por isso, foi indicado para executar as reformas pretendidas pelo governo central, solicitou reforços. O Barão de Monte Alegre era baiano de nascimento, mas radicado em São Paulo, onde gozava por sua atuação política liberal, nos tempos da Regência, de bom prestígio. Procurava, assim, o governo central reduzir, o mais possível, as divergências com o sentimento liberal

paulista, que caracterizava os homens mais influentes do Planalto. Difícil, entretanto, tal conciliação. O simples fato de ser o escolhido da Corte, membro das hostes conservadoras, já bastava para causar animosidades. Basta lembrar que a posse do novo governante coincidia com a enérgica Representação da Assembléia Provincial, onde dominavam os liberais, já mencionada.

Na Assembléia Provincial, Antônio Carlos fustiga o antigo “campeão das liberdades públicas” – referência a Monte Alegre – transformado agora em “lobo do poder absoluto”. A imprensa, por sua vez, representada pelo O OBSERVADOR PAULISTANO, do Pe. Feijó e o Tebyreçá, onde pontificavam liberais como Tobias de Aguiar e Gabriel Rodrigues dos Santos, é uma enérgica fiscalizadora dos atos de Monte Alegre e não perdoa qualquer deslize. Em recente e oportuno trabalho intitulado A AGONIA DO PROJETO LIBERAL e com o subtítulo “O jornal O Tebyreçá” e a Revolução de 1842, o distinto escritor e historiador de Sorocaba, Geraldo Bonadio, escreve que o jornal de quatro páginas liderava a “campanha contra a demissão de paulistas dos cargos provinciais” e “denunciava as vinganças políticas, que em alguns pontos do país chegavam a extremos de violência”. E mais adiante: “O jornal opositor caracteriza a ação conservadora como uma intervenção em São Paulo. Radicado em São Paulo, há muito tempo, Monte Alegre passa a ser tratado como se fora um adventício...” e é “duramente censurado por cercar-se de assessores não paulistas”.

Para os liberais da velha guarda, com acentuado apego ao paulistanismo, a presença do baiano Monte Alegre na governança da Província tinha o sabor de uma indebita intervenção de Governo Imperial em São Paulo, o que precisava ser repellido a todo custo.

Os liberais da capital estavam comprometidos com os planos da Revolução e chegaram a receber armamentos para os combates. Era ativa a atuação de clubes revolucionários. Apesar de toda essa movimentação, a capital viria a falhar no momento crucial da deflagração do movimento. Na verdade, não estavam preparados para um ação armada e se dispersaram. É fora de dúvida ainda que as rápidas providências de Costa Carvalho contribuíram para fazer gorar o entusiasmo dos liberais da capital. E as vilas do interior contavam com tal participação, como contavam com a adesão da Comarca de Curitiba. Aqui, também, a ação do governo provincial foi decisiva. A título de isolar São Paulo de um possível pacto com os farrapos sulistas, ofereceu-se a promessa da autonomia daquela

Comarca, com a futura criação da Província do Paraná. Assim, os curitibanos mantiveram-se neutros.

No dia 17 de maio de 42, uma Aclamação assinada pelo ex-presidente da Província, Cel. Rafael Tobias de Aguiar – Brigadeiro a partir de 1846, com mais de trezentas assinaturas, decretava a rebelião em Sorocaba. Tobias de Aguiar era nomeado Presidente da Província. São Paulo passava a ter dois governos, um na capital, outro em Sorocaba. A Aclamação era um libelo contra os Ministros que assessoravam o Imperador – “facção que, tratando unicamente de seus interesses, tem levado este Império às bordas do abismo” – e contra o governante da Província – “administração tirânica do Procônsul que, como delegado dessa facção, a tem governado e oprimido”. Por outro lado, a Proclamação defendia o trono de D. Pedro II. Basta dizer que o presidente interino governaria a Província em “nome de Sua Majestade, o sr. D. Pedro II, Imperador Constitucional, até que o mesmo Augusto Senhor livre-se da coação em que se acha e nomeie um Ministério de confiança nacional...” Pedia ainda que as “Leis que têm sido feitas contra a Constituição do Império” fossem revogadas. Respondendo à indicação, Tobias de Aguiar frisou que os paulistas clamavam contra aquelas Leis que, cerceando as prerrogativas da Coroa e as liberdades públicas, deitaram por terra a Constituição.

A idéia revolucionária teria tomado conta de toda a Província de São Paulo, não fosse a falta de um comando militar único, o que resultou na dispersão e improvisação de um melhor preparo militar, bastante precário e de uma melhor qualidade de armas dos insurretos, que eram obsoletas, mais de caça que de guerra e com escassa munição. Assim, o movimento alcançou algumas vilas, onde os políticos liberais eram mais atuantes. Além de Sorocaba, centro principal dos acontecimentos, Itu, Porto Feliz, Capivari, Itapetininga, Constituição (depois Piracicaba), Campinas e Limeira, antigas vilas do centro-oeste paulista, área que, na ocasião, desfrutava de uma economia mais forte. Organizada a chamada Coluna Libertadora, a força revolucionária, comandada pelo experiente Cel. Francisco Galvão de Barros França, chegou até a altura de Pirajuçara (atual bairro do Butantã), próximo da ponte do rio Pinheiros, onde ficou estacionada. Na impossibilidade de conseguir qualquer reforço da capital ou de outra localidade e ante a aproximação, do outro lado da ponte, das forças legais sob o comando do então Barão de Caxias, preferiu Barros França o penoso retorno para seus pagos, certamente

pensando num inútil sacrifício de vidas. Mesmo com tais adversidades, os sorocabanos e ituanos demonstraram rara valentia até o ponto onde foi possível avançar e resistir. Ressalte-se, mais uma vez, a valentia desfraldada pela bandeira do Ideal.

Com o campo aberto, foi fácil a aproximação e entrada em Sorocaba, a 20 de junho, do Condestável Pacificador do Império. Ao mesmo tempo manda um aviso ao presidente da Província: "O Juiz de Direito desta Comarca já entrou em exercício, e amanhã pretendo fazer um passeio Militar pelas vilas de Parnaíba e Porto Feliz e pela cidade de Itu, para fazer empossar as autoridades civis de tais lugares..."

O ex-Regente do Império, Pe. Diogo Antonio Feijó, que prontamente atendeu aos apelos revolucionários, achava que o maior erro da Revolução foi não ter começado pela capital da Província. É preciso considerar, entretanto, analisando os fatos na perspectiva do tempo, que os sintomas da Revolução eram do conhecimento oficial, tanto do governo central, como do provincial. Sem dúvida que se tratava de um grave engano estratégico dos revolucionários o não fazer segredo de seus objetivos. Assim, quando o movimento foi deflagrado, bastou uma simples ordem do ministro da Guerra, José Clemente Pereira, para que as tropas, já preparadas, se deslocassem para São Paulo. Por sua vez, o Barão de Monte Alegre já havia dado ordens para a aglutinação de forças em locais estratégicos e pôde proclamar que, para abafar o movimento, o "governo da Província convocou as Guardas Nacionais e o governo Imperial fez entrar, por todos os pontos da Província, forças numerosas".

Também o notável tino militar de Luiz Alves de Lima e Silva, estrategista experimentado de várias refregas, contribuiu para espalhar o pânico no meio rebelde. Mandava avisos de presença de milhares de homens engajados em suas tropas, quando, na verdade, dispunha de uns oitocentos e de que as mantinha em todas as direções, bem armadas e novos reforços estavam prestes a chegar. Tais táticas traziam inquietudes entre os rebeldes: muitos deles, apavorados, ensarilhavam as armas.

Como se sabe, o Pe. Feijó, notável estadista do Primeiro Reinado, acabou sendo preso em Sorocaba, tendo tempo de assistir à debandada popular e à fuga de Tobias de Aguiar para o Sul, fuga perseguida pela escolta escalada para prendê-lo, e com lances dramáticos. O militar chegou a Itapetininga. Descoberto seu para-

deiro, embrenhou-se na fazenda Bom Retiro, onde, mais uma vez, se viu cercado. Refugiou-se no meio da maquinaria de um engenho, onde não foi descoberto. Depois, empreendeu longa viagem pelo Paraná, ainda pertencente a São Paulo, até chegar ao Rio Grande do Sul. Aí, na estância Guarita, nos campos de Vacaria, caiu prisioneiro. Levado para o Rio de Janeiro, foi encarcerado na fortaleza de Lage.

Por fim, foi beneficiado pela ampla anistia concedida pelo Imperador, em 14 de março de 1844. Rafael Tobias de Aguiar voltaria à política no mesmo ano, ao ser eleito para a Câmara dos Deputados, sentando-se ao lado de outros liberais como Gabriel Rodrigues dos Santos, valente, que também fora preso e julgado, e Álvares Machado.

Outro saliente foco de rebelião localizava-se próximo a Campinas. Na cidade, forte reduto dos conservadores, nem a Câmara nem a população reconheceram a instalação de um governo rebelde em Sorocaba. Os liberais, em minoria, preferiram deslocar-se para a zona rural, escolhendo o engenho da Lagoa, antiga propriedade do Maj. Teodoro Ferraz Leite, bairro denominado VENDA GRANDE.

Orientado sobre os locais estratégicos por aqueles partidários, Caxias dá ordens para o deslocamento, via Jundiá, de um contingente de soldados, uns duzentos homens, em direção daquele foco sedicioso. Cercando a área, puderam os legalistas, sob o comando do Cel. José Vicente de Amorim Bezerra, avançar no dia 7 de junho.

Sem meios de resistir, dado o inesperado do avanço, os rebeldes caíram vencidos.

Num último ato heróico, sobressaiu a chefia do Cap. Boaventura do Amaral Camargo, natural de Itu. Daqui partiu, a 2 de junho, comandando uma tropa de cavalaria de sessenta homens. Em Venda Grande ofereceu tenaz resistência. Isolado, o destemido revolucionário veio a tombar, em lance dramático. Conforme a descrição do Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, citado pelo historiador de Campinas, Celso Maria de Mello Pupo, in "O combate de Venda Grande, em 1842" (Revista nº 2 da Academia Paulista de História):

"... prenderam-no e no ato, propositalmente, feriram-no, levando-o para a casa da antiga fazenda, que era sobrado. Aí atiraram-no na cama e na mesma noite os soldados assassinaram-no a sangue frio".

Cita ainda o ilustre mestre campineiro as palavras de Emilio Zaluar, o solerte viajante português dos idos de 1860-61:

"As legendas desse dia funesto correm, no entanto, na boca do povo com toda a mágoa de uma tradição fratricida. Não serei eu quem levante a cortina que ainda envolve os mistérios dessa lamentável cena".

Esta última frase, referente aos "mistérios dessa lamentável cena", foi alvo de intensas pesquisas de Mello Pupo, procurando desvendar aqueles "mistérios" do massacre de Venda Grande. Vejamos algumas conclusões do emérito autor de "Campinas, seu berço e juventude": Em Venda Grande agiu rapidamente a tropa Imperial, surpreendendo os liberais, "tão displicentes que se achavam afastados do seu quartel general, pescando ou ocupados em folganças – enquanto outros ajudavam os escravos na moagem da cana – o que permitiu um encontro sangrento com pequeno número de revoltosos...". "Encontro desastroso para estes, não só pelas baixas causadas, mas principalmente pelo desânimo produzido em toda a falange liberal de província", anota Mello Pupo.

Acossados pelo ataque frontal da cavalaria Imperial e pelo ataque de retaguarda da artilharia, os revoltosos foram surpreendidos por duas vezes. Escreve Aluísio de Almeida, o eminente autor do clássico "Revolução Liberal de 1842":

"A um brado os atacantes se erguem e estão na frente dos revoltosos. Sem armas, corre a maior parte, enquanto os corajosos se agrupam perto da casa, junto ao capitão Boaventura, que não se entregou e caiu morto".

Daí aquele "encontro desastroso", com diversas baixas e o conseqüente desânimo psicológico que envolveu toda a facção liberal da província.

E como se comportaram os vencedores com os prisioneiros? Do espírito pacificador de Caxias, o estender a mão aos vencidos, jamais poderiam ter emanado ordens de qualquer tipo de chacina. Considere-se ainda que as forças legais, levando prisioneiros, deixaram Venda Grande na noite do mesmo dia do combate, retornando a Campinas; como o massacre veio no dia seguinte, conclui Mello Pupo que os soldados de Caxias ficam isentos de qualquer participação no "nefando covarde ato", expressão do acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho, em seu estudo sobre "O desventurado Boaventura do Amaral e o Combate de Venda Grande", in nº 1 da Revista da Academia Paulista de História. Baseou-se o historiador no relato de Ana Gabriela de Castro Camargo, esposa de Joaquim Roberto Alves, escrivão do inquérito criminal, segundo o qual apenas dois rebeldes morreram no combate,

os demais ficaram feridos e foram assassinados.

A mais plausível e talvez única explicação daquele “mistério” levantado por Zaluar está na entrada em Venda Grande de uma tropa mercenária, formada por “façanhudos desordeiros, comandada por irresponsável”. Ela veio a mando do Mons. João José Vieira Ramalho, fervoroso legalista, líder conservador de Moji-Mirim. Trouxe a Campinas um contingente de aproximadamente mil homens paisanos, voluntários fanatizados, prontos a liquidar as indefesas vítimas. Com a retirada dos soldados Imperiais, os prisioneiros feridos ficaram à mercê daqueles mercenários, os “algozes dos prisioneiros feridos”, na documentada tese de Mello Pupo.

A rebelião, entretanto, não se encerrou em Venda Grande. Estimulados pelas rebeldias das vilas do centro-oeste paulista, os líderes liberais do vale do Paraíba levantaram-se em armas e foram dominando uma ampla região do vale, de Taubaté e Areias, tendo Lorena como capital revolucionária, onde, a 31 de maio, foi aclamada uma Junta Revolucionária. Para combatê-los vieram tropas diretamente do Rio de Janeiro. Foi bem mais difícil enfrentar os revoltosos valeparaibanos. Ao contrário dos focos já lembrados, aqui as batalhas foram mais encarniçadas e os rebeldes, em diversas ocasiões, levaram a melhor. Em Areias, por exemplo, os primeiros soldados oficiais foram quase massacrados, entre os dias 21 e 24 de julho, salvando-se com a chegada de reforços fluminenses. Dias depois, dava-se o mais sangrento episódio de 42, a chamada guerra de Silveiras, cidade inteiramente dominada pelos liberais. O ataque das forças Imperiais, nas proximidades de Silveiras, sob o comando do Cap. Manoel Antônio da Silva, deu-se a 12 de julho. Após a luta sangrenta, graças à resistência dos homens liderados pelo silveirense Ten. Anacleto Ferreira Pinto, jaziam os corpos de cinquenta revolucionários e oito soldados do governo. Verificaram-se raras cenas, entre brasileiros, de sacrifícios dos detidos, e saques nas residências dos liberais. Enfurecidos pelos companheiros mortos, os soldados e os fuzileiros navais que chegaram no dia seguinte à batalha, não tiveram a menor comiseração para com os vencidos, contrariando atitudes de concórdia, tantas vezes pedidas por Caxias; diga-se logo que os soldados do Exército Pacificador não tiveram qualquer participação nas atrocidades cometidas em Silveiras. Naquela altura, eles estavam em Taubaté, a mais de cem quilômetros do palco daqueles acontecimentos.

Pelo dia 20, Caxias retorna ao Rio de Janeiro, deixando

pacificada a Província de São Paulo. Registre-se que, dois anos após a anistia, Anacleto Ferreira Pinto, o chefe rebelde, recebeu a honraria de Cavaleiro da Ordem de Cristo e elegeu-se deputado provincial de São Paulo. Na mesma época, o Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar acompanhava o Imperador D. Pedro II em sua visita aos focos revolucionários.

São exemplos de uma das mais nobres características do caráter nacional – a conciliação e confraternização pós-atritos.

Os combatentes liberais de 1842 passaram para a História simbolizando mais uma etapa do processo de vigilância no trato com o que já foi chamada de “tenra plantinha”, que necessita de permanentes cuidados, as LIBERDADES HUMANAS, os PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS.